Autarquia de Albufeira considera que exploração de aquacultura terá “consequências graves”

14 de Fevereiro, 2017

A Câmara Municipal de Albufeira (CMA) voltou a reeafirmar, durante uma reunião do executivo que teve lugar a 7 de fevereiro, que a instalação de uma exploração de aquacultura em mar aberto, destino à produção de ostras e vieiras, tem “consequências graves” no ecossistema. O município considera que o pedido deve ser indeferido.

Já no passado mês de agosto a autarquia havia manifestado publicamente a oposição à exploração de bivalves em Albufeira, razão que levou o executivo liderado por Carlos Silva e Sousa a reiterar a deliberação tomada nessa altura, onde se refere que “tal estabelecimento contraria manifestamente o interesse público beneficiando, em exclusivo, interesses particulares”.

Carlos Silva e Sousa aponta que “para além destes problemas, a decisão teve por base o manifesto conflito de usos ou atividades existentes no local, consideradas incompatíveis com este tipo de exploração, uma vez que irá colidir com a atividade de pesca artesanal, o turismo náutico e o intenso tráfego marítimo na zona, com a agravante de condicionar o acesso de embarcações ao Porto de Abrigo e à Marina de Albufeira”.

Esta preocupação foi transmitida a várias entidades, nomeadamente à CCDR Algarve, ao Ministério do Mar, ao Ministério do Ambiente, ao Comandante do Porto de Portimão, à Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, à Agência Portuguesa do Ambiente, à AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, a todos os municípios da região e à Assembleia Municipal de Albufeira, no sentido de tentar inviabilizar a exploração de bivalves ao largo da costa, a 7,3 km a sudoeste do porto de abrigo da cidade.

O projeto, que é de natureza privada, está em fase de consulta pública até ao próximo dia 17.